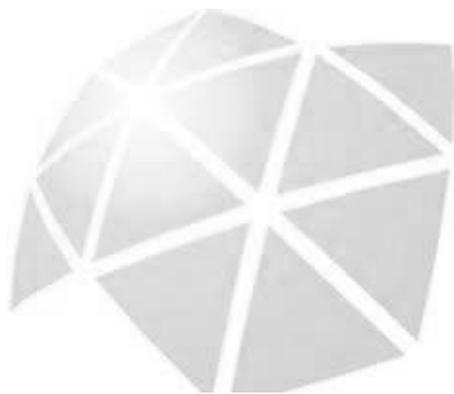


**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

**GABRIELA LANZA PORCIONATO**

**Parceria Pública Privada e o Programa de  
Aceleração do Crescimento: geração de  
emprego no município de Araraquara**



Araraquara – SP  
2014

GABRIELA LANZA PORCIONATO

Parceria Público Privada e o Programa de  
Aceleração do Crescimento: geração de emprego no  
município de Araraquara

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Conselho de Curso de Graduação  
em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e  
Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Sociais

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria A. Chaves Jardim

Co-orientador: Márcio Rogério Silva

Bolsa: FAPESP

ARARAQUARA – SP  
2014

Porcionato, Gabriela Lanza

Parceria Público Privada e o Programa de Aceleração do Crescimento: geração em emprego no município de Araraquara / Gabriela Lanza Porcionato – 2014  
48f. ;30 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Sociais e Letras (Campus de Araraquara)

Orientador: Maria A. Chaves Jardim

Palavras chaves: Parceria Publica Privada, Programa de Aceleração do Crescimento, Estado, Mercado, renda, geração de emprego

GABRIELA LANZA PORCIONATO

# Parceria Público Privada e o Programa de Aceleração do Crescimento: geração de emprego no município de Araraquara

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Conselho de Curso de Graduação  
em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e  
Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Sociais

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria A. Chaves Jardim  
Co-orientador: Márcio Rogério Silva  
Bolsa: FAPESP

Data de defesa/entrega: 12/12/2014

Membros Componentes da Banca Examinadora:

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Maria A. Chaves Jardim  
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular e Co-Orientador: Marcio Rogério Silva  
Universidade Federal da Grande Dourados

Membro Titular: Martin Mundo Neto  
Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo

Local: Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

GABRIELA LANZA PORCIONATO

## Parceria Público Privada e o Programa de Aceleração do Crescimento: geração de emprego no município de Araraquara

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Conselho de Curso de Graduação  
em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e  
Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Sociais

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria A. Chaves Jardim  
Co-orientador: Márcio Rogério Silva  
Bolsa: FAPESP

Data de defesa/entrega: 12/12/2014

Membros Componentes da Banca Examinadora:

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Maria A. Chaves Jardim  
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular e Co-Orientador: Márcio Rogério Silva  
Universidade Federal da Grande Dourados

Membro Titular: Martin Mundo Neto  
Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo

Local: Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

## Agradecimentos

Primeiramente agradeço à minha família, pois foram eles que me inspiraram a cursar ensino superior e me apoiaram na escolha do curso de Ciências Sociais, meu pai Olívio, minha mãe Ivania e meu irmão Neto, agradeço pelo carinho, apoio, e por acreditarem em mim e no caminho que escolhi.

Agradeço aos integrantes do NESPOM – Núcleo de Estudos sobre Sociedade, Poder, Organização e Mercado, que foi o grupo que me despertou o entusiasmo da pesquisa e da vida acadêmica e também onde iniciei minhas primeiras investigações. Principalmente a coordenadora do grupo e minha orientadora Maria Jardim, com a qual troquei não apenas conteúdo e dúvidas, mas também anseios e angústias.

Ao Matheus, que sempre esteve do meu lado, agradeço a amizade, as conversas e o carinho que recebi durante esses últimos anos.

À Republica Balacobaco, onde morei e fiz mais que colegas, fiz verdadeiras irmãs, que me acompanharam durante o duro e prazeroso cotidiano universitário, Leticia (“Fofa”), Renata, Samara (“Cloe”), Carolina (“Lelé”), Lenita (“Lolita”), Bruna, Isabela e Ana Bell

E à FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, que financiou essa pesquisa.

*“Aqui apenas procuramos tratar dos fatos e da direção de sua influência a partir de apenas um ponto de vista, ainda que importante. [...] Mas não é meu intuito substituir uma interpretação causal materialista unilateral por outra interpretação espiritual, igualmente unilateral, da cultura e da história. Ambas são viáveis, (...)”*

*WEBER, Max. “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. (2001: pg 141)*

## RESUMO

No presente trabalho, o objetivo principal consistiu em fazer o levantamento da Lei de Parceria Público-Privada no Brasil, nº 11.079, assim como compreender as discussões que culminaram nesta Lei de 2004 e na Lei de 2010, nº 12.349 que causou alterações legais neste arcabouço jurídico. Também foi realizado um mapeamento na cidade de Araraquara do programa federal implantado pelo governo em 2007, o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, no qual a cidade recebe investimentos desde primeiro ano. O PAC encontra respaldo legal na lei de PPP para celebrar contratos de execução de obras de infraestrutura nacional, com isso, a pesquisa trás uma discussão acerca da remodelação do papel do Estado na década anterior e posterior ao programa e á lei, assim como, discutir o impacto desta política pública no município quanto a geração de emprego e renda e também as interações e tensões em torno dos principais agentes responsáveis pela implementação, financiamento e execução das obras, sendo eles, representantes do poder público, representantes dos setores privados e trabalhadores. A pesquisa fez o levantamento do setor de serviços no município, coletando dados no site do ministério do trabalho, na sessão “Perfil do município” onde contém informações sobre a variação absoluta de emprego na cidade. A pesquisa, que teve como inspiração o livro “Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula”, escrito pela Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria A. Chaves Jardim considerou a Lei de PPP e o PAC como ferramentas, tal qual os fundos de pensão, de inclusão social via mercado com o objetivo de gerar emprego e renda.. As conclusões buscam refletir sobre a alteração do papel do Estado pós as eleições de 2002, a geração de emprego e renda no nível micro: cidade de Araraquara e acerca das ambiguidades, limites, tensões e contribuições desta relação entre o setor público e o privado.

Palavras-Chave: Parceria Publica Privada, Programa de Aceleração do Crescimento, Estado, Mercado, renda, geração de emprego;

## ABSTRACT

In this study, the main objective was to take stock of the Law of Parceria Público-Private in Brazil, 11.079, as well as understand the discussions that culminated in this 2004 and the 2010 Law Law No. 12,349 that caused legal changes in this legal framework . Was also carried out a mapping in the city of Araraquara federal program implemented by the government in 2007, the PAC - Growth Acceleration Program, in which the city receives investment from first year. The CAP is legal support in the PPP law to contract for implementation of national infrastructure works, with this, the research behind a discussion about the state's role remodeling in the previous decade and after the program and to the law, as well as discuss the impact of public policy in the city as the generation of employment and income and also the interactions and tensions around the main agents responsible for implementation, financing and execution of the works, namely, government officials, representatives of private sectors and workers. The research was a survey of the services sector in the city, collecting data on the labor ministry site, the session "city profile" which contains information about the absolute change in employment in the city. The research, which was inspired by the book "Between Solidarity and Risk: unions and pension funds in Lula Government of times," written by Prof. Dr. Mary A. Chaves Garden considered the PPP Act and the CAP as tools , like pension funds, social inclusion through the market in order to generate employment and income .. the conclusions seek to reflect on the amendment of the 2002 post election government's role, the generation of employment and income at the micro level: city of Araraquara and about ambiguities, limits, tensions and contributions of this relationship between the public and the private.

**Keywords:** Public Private Partnership, Growth Acceleration Program, State, Market, income, employment generation;

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Desembolso do BNDES (R\$ bilhões) .....	21
Gráfico 2 Investimentos do BNDES nas PPP em 2004 e 2011 .....	21
Gráfico 3 Variação do PIB e de Investimento entre 2002 e 2014* .....	34
Gráfico 4 Taxa de desocupação entre 2009 e 2012 .....	35
Gráfico 5 Salário Mínimo, em R\$ e taxa de variação nominal real .....	36
Gráfico 6 Operações de Crédito habitacionais .....	37

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão a partir de 2003 .....	38
Tabela 2 Ministros da Casa Civil a partir de 2003 .....	38
Tabela 3 Ministros da Fazenda a partir de 2003.....	39
Tabela 4 Admissões por setor no município de Araraquara, de 2007 a 2012 .....	40
Tabela 5 Porcentagem por setor no número total de admissões.....	41
Tabela 6 Desligamentos por setor em Araraquara, entre 2007 e 2012.....	42
Tabela 7 Variação absoluta de emprego em Araraquara, entre 2007 e 2012 .....	43

## Sumário

Introdução .....	10
Objetivo.....	11
Metodologia .....	11
Justificativa .....	12
Inspiração teórica .....	12
Organização da Monografia .....	14
1    A Lei de Parceria Público Privada .....	15
1.1    Influência externa na Lei de PPP .....	16
1.2    Remodelação do papel do Estado brasileiro.....	18
1.3    Atores relevantes nas PPPs: fundos de pensão e BNDES .....	19
2    O Plano de Aceleração do Crescimento .....	22
2.1    Cronologia do Programa de Aceleração de Crescimento.....	24
2.2    Principais obras .....	29
2.3    Quadro Macroeconômico .....	31
3    O PAC em Araraquara .....	38
3.1    Eixo Infraestrutura Energética .....	41
3.2    Eixo Transporte .....	42
3.3    Eixo Infraestrutura Social e Urbana .....	43
3.4    Eixo Habitação .....	43
3.5    PAC 2 em Araraquara .....	44
4    Considerações Finais.....	46
Bibliografia .....	48

## Introdução

O Brasil acumula, historicamente, práticas que utilizam associações entre setores públicos e privados para prestação de serviços desde os tempos da República Velha (1889-1930). Durante este período, principalmente, os serviços de transporte e de saneamento básico eram fornecidos por empresas estrangeiras, em sua maioria de nacionalidade inglesa ou francesa, pois eram mais experientes acerca dessas práticas. (Nascentes, 2009)

Segundo Nascentes (2009), o período que compreende a Segunda República, a Era Vargas e o período da Ditadura Militar, é marcado por movimentos de estatização dos serviços públicos e de criação de agências e de empresas estatais, ou seja, valorização nacional. Porém no final da década de 1970, inicia-se o processo de desestatização e/ou desburocratização orientado por programas federais, no qual, principalmente no fim dos anos 1980 e início dos 1990, há a transferência do controle de algumas empresas que prestam serviços públicos para empresas privadas.

Sendo assim, o contexto nacional na década de 1980, período pós-ditadura militar ou também chamado de Redemocratização, era de crise, pois o cenário nacional estava marcado pelo crescimento da dívida pública externa e interna e desvalorização cambial, no qual resultou nas restrições orçamentárias, reduzindo o déficit fiscal via arrecadação de impostos e redução de gastos públicos. (Lima, Paula & Paula, 2005)

Conseqüentemente o período seguinte foi definido por novas tendências na gestão pública, em que as atividades de cunho administrativo/burocráticas seguiram as recomendações do Plano Diretor de Reforma do Estado (1995) na linha das privatizações e conseqüentemente abandono das políticas desenvolvimentistas, direcionando mais o Estado na administração pública e regulamentação. (Pinto, Godoy & Ribeiro, 2011)

Portanto, sob o discurso de evitar as mazelas da década anterior, o governo dos anos 1990, período Fernando Henrique Cardoso, buscou atingir o equilíbrio fiscal, diminuindo a intervenção do Estado na economia, através do controle dos gastos públicos e da proposta de “desregulamentação”, um das principais ações foi a venda de ativos/bens públicos ao setor privado sob forma de privatização, concessão, terceirização e permissão simples. (Jardim & Rogério, 2013)

Mesmo com essas medidas a administração pública passava por uma escassez de recursos sob a qual não foi possível resolver a carência por serviços de infraestrutura, o

qual levou a necessidade de se adotar um mecanismo capaz de suprir essa demanda por serviços públicos, a Parceria Público Privada (PPP).

O marco legal do surgimento da Parceria Público-Privada é a Lei nº 11.079 de dezembro de 2004, em que foi definido no nível nacional um programa de projetos prioritários que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parcerias público privadas no âmbito da administração pública.

## Objetivo

O objetivo desta monografia é analisar o contexto nacional das parcerias público-privadas no Brasil, averiguando sua implementação, principalmente no programa do governo federal, o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

O PAC encontra respaldo legal na lei de PPP para celebrar contratos de execução de obras de infraestrutura nacional, com isso, será feita uma discussão acerca da remodelação do papel do Estado na década anterior e posterior ao programa e á lei, assim como, discutir o impacto desta política pública no município de Araraquara quanto a geração de emprego e renda e também as interações e tensões em torno dos principais agentes responsáveis pela implementação e execução das obras, sendo eles, representantes do poder público, representantes dos setores privados e trabalhadores.

## Metodologia

A metodologia desta pesquisa consistiu em levantar leis, analisar e refletir sobre o recente contexto nacional de interação entre o Estado e o mercado. Além de averiguar a implantação deste modelo de parceria, esta pesquisa também fez o mapeamento do Programa de Aceleração do Crescimento, em âmbito nacional e num segundo momento na cidade de Araraquara, beneficiada pelo programa do Governo Federal utilizando-se de análises de balanços fornecidos pelo governo federal semestralmente, assim como os investimentos (já feitos e os previstos no PAC2) e o andamento das obras e cumprimento das obras na cidade.

No entanto, pretendemos não perder de vista os principais autores, os agentes-chave nestes dois contextos, constitucional/jurídico da PPP e empírico do PAC. Os nomes dos membros principais financiadores das PPP, a coordenação do grupo executivo do PAC, assim como ministros envolvidos nos conselhos gestores e comissões. A pesquisa contém pano de fundo teórico da sociologia econômica, sob o

método da sociologia reflexiva em diálogo com o institucionalismo e as ciências políticas e estudo de caso qualitativo com base em dados primários e secundários.

### Justificativa

Os resultados da pesquisa deverão ser avaliados como subsídios aos gestores públicos e a organizações, como partidos políticos e sindicatos, envolvidos na reflexão sobre o tema e proposição de políticas públicas correlatas. Em termos teóricos, essa pesquisa nos auxiliará a refletir sobre os destinos do capitalismo e a importância da parceria público privado. Por tudo isso, a pesquisa é atual e necessário, já que apontou as peculiaridades das PPP para os empreendimentos realizados pelo PAC na cidade de Araraquara.

Enfim, essa pesquisa visa contribuir, não apenas teoricamente, mas também fornecer dados e reflexões acerca de políticas públicas, sejam elas de âmbito federal, estadual ou municipal, onde neste trabalho há uma contextualização do caso nacional e foco em um estudo de caso da habitação na cidade de Araraquara. Além disso, contribui ao abordar uma discussão contemporânea acerca das relações entre Estado e mercado com respaldo teórico na sociologia econômica.

### Inspiração teórica

A Sociologia Econômica, defendida por teóricos como o francês Pierre Bourdieu, e em autores nacionais contemporâneos, como Ricardo Abramovay, além do tema “neodesenvolvimentismo” em reflexões de Renato Boschi e Flavio Gaitan, são os teóricos que inspiraram esta pesquisa.

Segundo Swedberg (2004), as raízes da sociologia econômica remontam a eruditos como Karl Marx, Max Weber, Joseph Schumpeter e Karl Polanyi. Desde o início dos anos de 1990, houve mudanças importantes na sociologia econômica, tanto na Europa como nos Estados Unidos, quer no tocante a seu *status* institucional, quer no que diz respeito a sua abordagem teórica. Novos tópicos foram acrescentados à agenda da sociologia econômica, e avanços se concretizaram por meio de análises de alguns temas que vinham sendo discutidos em bases preliminares desde os anos de 1980.

Para Swedberg, a sociologia econômica francesa é muito original e também muito distinta da sociologia econômica norte-americana. Isso sucede, por exemplo, no trabalho notável de Pierre Bourdieu, Luc Boltanski e Michel Callon. Na atualidade,

Frédéric Lebaron (2000) e também Philippe Steiner tem contribuído para aplicar um enfoque da sociologia do conhecimento ao pensamento econômico.

A sociologia econômica trabalha com questões realistas e interesses dos atores, principais agentes transformadores, como: governantes públicos, grandes empresários, especuladores da bolsa de valores, importantes figuras sindicais, entre outros que são os responsáveis pelos rumos econômicos nacionais e acordos econômicos internacionais. Os debates acerca da nova sociologia econômica aproximam aspectos anteriormente vistos como opostos, esse é o caso da relação Estado e mercado. As raízes da economia neoliberal discursam sobre uma economia autônoma, desvinculada das ações sociais em que seus autores prezavam por escolhas máximas pautadas no egoísmo. Segunda essa vertente, defendida por teórico clássico como Smith e Stuart Mill entre outros seguidores da “teoria geral do equilíbrio” fizeram a discussão acerca do individualismo e com isso, mudaram a concepção de egoísmo, não como caráter negativo do indivíduo, mas acrescentaram a esse termo um caráter de virtude. (Abromavay, 2004)

Em Sader (2003), as relações econômicas diretas ou indiretamente requerem que instituições sejam criadas para regular seus negócios, e garantir o direito de cada parte envolvida na transação. O mercado pertence à esfera pública, simboliza uma interação social, ou seja, todos devem ter acesso a ele, mas este acesso não é garantido para todos, portanto deve-se aumentar o alcance do mercado para aqueles que antes não o tinha, que conseqüentemente sua condição de vida social aumentaria, pois agora fariam parte de dessa nova forma de interação.

Esta pesquisa trabalha com autores da sociologia econômica francesa, mais especialmente com as obras de Pierre Bourdieu acerca do Estado. Em *Razões Práticas*, ele nos trás reflexões e análises acerca do Estado e dos distintos “*capitais*” que este Estado possui, o qual fornece a ele um lugar no campo de poder; no livro *Miséria do Mundo*, fala das duas mãos do Estado, a mão direita representada pela economia fortalecida e a mão esquerda dos projetos sociais. Problematizamos sobre um Estado onde a visão de mão direita foi assumida pela visão liberal que visa apenas o consumo, e a noção de solidariedade foi reduzida e o Estado passa apenas a se preocupar em redistribuir os recursos (capital econômico e cultural) que foram distribuídos irregularmente e/ou desigualmente.

A reflexão teórico e o caso empírico de Jardim (2009) em seu livro “Entre a solidariedade e o risco”, também usado como inspiração teórica neste trabalho, discorre sobre os fundos de pensão e os seus investimentos na bolsa, ou seja, a participação

acionária é um exemplo de “virada cognitiva” e dessa ampliação da interação social, em que atores passam a atuar/agir em contextos que antes não atuavam (por exemplo, os sindicalistas no mercado).

Há uma atuação em contextos desconhecidos pelos autores e novas formas de debates e interações, assim como ferramentas de administração, a “governança corporativa” estudada por Grun (2007) que também inspira esse trabalho.

E por último, o conceito de “neodesenvolvimentismo”, presente nos textos de Boschi & Gaitan (2008), no qual este representa uma resposta a crise do Estado neoliberal, e em paralelo, uma posição particular frente às dinâmicas atuais do mundo capitalista. É um modelo ainda em formação, que postula a construção de um espaço de coordenação entre as esferas públicas e privadas com o objetivo de aumentar a renda nacional buscando atingir o bem-estar social. Segundo estes autores, o Estado, no Governo Lula, vem assumindo um papel intervencionista, o qual articula o funcionamento dos mercados financeiros e produtivos à lógica política, desta forma, apresenta característica de regular a economia.

## Organização da Monografia

É com base nos autores e referencia teórica exposta acima que realizamos a pesquisa que ora apresentamos.

A monografia esta dividida em três sessões, a primeira contém o levantamento da Lei de Parceria Pública Privada, nº 11.079, dezembro de 2004, as discussões que culminaram nesta Lei, as influencias externas, principalmente a britânica, e o inicio da reflexão acerca da remodelação do papel do Estado.

A segunda sessão, contém o levantamento empírico do Programa de Aceleração do Crescimento, (PAC), nacional, no qual destacamos a cronologia, origem dos principais investimentos, principais obras, quadro macroeconômico e os principais membros do Comitê Gestor do PAC (CGPAC).

A terceira e ultima sessão é dedicada ao município de Araraquara, semelhante com o que foi feito na sessão anterior, foi realizado o mapeamento do PAC no município, principais obras, cronologia, investimentos e andamento em cada eixo do Programa, assim como a atualização deste a segunda etapa, PAC2.

## 1 A Lei de Parceria Público Privada

Para falar do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, é fundamental antes abordar sobre a Lei de Parceria Público Privada. Vejamos nessa sessão o porquê.

O marco legal do surgimento da Parceria Público-Privada é a Lei nº 11.079 de dezembro de 2004, em que foi definido no nível nacional um programa de projetos prioritários que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parcerias público privadas no âmbito da administração pública. É importante ressaltar que havia projetos estaduais anteriores ao projeto de Lei nacional, como é o caso de Minas Gerais, que possuía sua Lei de PPP desde dezembro de 2003, portanto, anterior à União. Em seguida vieram as Leis de PPP em Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Bahia e Ceará (2004). Posteriormente, em 2005, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte foram os próximos a adotar a suas Leis de PPP, e em 2007 foi o caso do Rio de Janeiro e Ceará, para em 2008, o caso mais recente, no estado do Pará. (Nascentes, 2009)

Foi em 2002 que se iniciaram as discussões sobre a adoção de um programa de parceria público-privado nacional, que culminou na Lei nº 11.079. O projeto de Lei nº 2.546 de 2003, buscou adaptar o atual marco legal de contratação previsto na Lei de licitação (Lei nº 8.666/93) e na Lei de Concessão (Lei nº 8.987/95), pois permitiu alterações que potencializassem o sistema de parceria e o seu elemento de distinção que é o compartilhamento dos riscos e o financiamento privado. (Lima, Paula & Paula, 2005)

A Parceria Pública-Privada surge, então, em um contexto em que o setor público não tem condições de atender às demandas sociais e por outro lado, a iniciativa privada busca mercados alternativos para utilização de sua capacidade empresarial, financeira e administrativa, em função do período recessivo que o país vem atravessando, ou seja, aversão ao risco, pulverização dos investimentos. (Lodovici & Bernariggi, 2005).

A PPP é uma modalidade de contrato a ser desenvolvida em paralelo aos contratos de concessões, isso permite uma ampla gama de atividades que incluem principalmente projetos de infraestrutura. Em sentido mais amplo, a parceria público-privada representa o trabalho conjunto dos setores públicos e privados em cooperação, para oferecer infraestrutura e serviços à população alcançada pelo empreendimento. (Lima, Paula & Paula, 2005)

Neste modelo de contratação de serviços de serviços públicos, a remuneração do setor privado é feita de duas maneiras. O pagamento pode ser parcial, através da concessão patrocinada, em que as tarifas são cobradas dos usuários, como uma complementação ao pagamento público (contraprestação) ou através da concessão administrativa, em que o pagamento ao setor privado é feito integralmente pelo parceiro público, sem contribuições de tarifas dos usuários.

De acordo com o ponto de vista de Brito & Silveira (2005) a PPP é a alternativa para viabilizar investimentos, frente a uma escassez de recursos gerada pela necessidade de contenção de gastos públicos, em confronto com a crescente demanda pela oferta de serviços de boa qualidade, como contrapartida à pesada carga de impostos a que o contribuinte brasileiro é obrigado a arcar.

Frente a esses problemas, ainda segundo Lima, Paula & Paula (2005), a PPP surge como mecanismo que visa a maximização da atração do capital privado para execução de obras públicas e serviços, por meio de concessão, bem como para prestação de serviços que a administração pública seja usuária direta ou indireta, suprimindo a escassez de recursos públicos para investimentos imediatos.

## 1.1 Influência externa na Lei de PPP

O cenário internacional foi levado em consideração na formação da já citada Lei nº 11.079, pois contava com uma considerável experiência nos programas de parceria público-privada, principalmente o modelo britânico passou a ser um modelo internacional de PPP.

O Reino Unido é a experiência em PPP de maior tempo em desenvolvimento no mundo, na qual, os projetos de financiamento privado em infraestrutura datam do governo de Margareth Thatcher. Lançada em 1992, o “*Private Finance Initiative*” (PFI) foi incorporado em um grande projeto, que mudou de nome posteriormente para “*Public Private Partnership*” (PPP), do Governo Britânico compreendendo diversas formas de cooperação entre os setores públicos e privados.

Nascentes (2009) destaca o sucesso da PPP britânica por apresentar uma sólida estrutura organizacional, que permite a elaboração de projetos diversificados, mas que apresentam uma ênfase em transportes, educação, segurança e prédios públicos, além de oferecer apoio às autoridades, em nível local, através de consultorias para projetos e

apoio transnacional por meio de treinamentos, desenvolvimento de habilidades e fornecimento de publicações e guias.

O papel chave do poder público é uma característica importante, também abordado por Nascentes (2009) como garantidora do sucesso da PPP, pois é ele o responsável pelo estabelecimento de um marco legal e de um marco regulatório, no qual o primeiro tem como objetivo ampliar a aceitação pública e os interesses dos investidores privados e o segundo foca no contrato, que garantirá obrigações entre as partes, metas de performance, regras para mudanças de preços, procedimentos de resolução de disputas e compartilhamento de riscos entre os parceiros.

Os países pertencentes a União Europeia (UE) são apoiados pela “Comissão Europeia” na definição de projetos de PPP. Este é o caso de Portugal que desde 1994 vem realizando experiências nesse modelo de parceria. No entanto, ao contrário do Reino Unido, os portugueses são exemplo de uma experiência negativa na adoção dessa modalidade de parceria, que foi levada em consideração na elaboração da lei de PPP brasileiro, com o intuito de não cometer os mesmo erros.

A opção pelo modelo de PPP em Portugal se deu no contexto de falta de capacidade de investimento público em infraestrutura necessária para comportar o crescimento econômico. O país apresentou pouca capacidade do setor público para gerir o processo, seja do ponto de vista político, seja do técnico. Em 2006 o Tribunal e Contas de Portugal aconselhou a revisão da lei de PPP portuguesa para corrigir deficiências e fragilidades e introduzir um conjunto de inovações, entre elas, que a PPP esteja sujeita ao regime orçamentário, por conta do mau planejamento e gerenciamento do orçamento público. (Nascentes, 2009).

Apesar de vermos casos antagônicos entre britânicos e portugueses, a prática de adoção do sistema de PPP vem aumentando no mundo, não apenas nos países ricos/desenvolvidos, como Irlanda, Japão, Coreia do Sul e Holanda, mas também nos ditos emergentes, como é o caso do Chile, África do Sul e Brasil. Ambos os grupos são movidos pela necessidade de fazer frente a investimentos crescentes em infraestrutura sem disponibilidades orçamentária suficiente. (Pinto, Godoy & Ribeiro, 2011)

## 1.2 Remodelação do papel do Estado brasileiro

Segundo os autores Pinto, Godoy & Ribeiro (2011), a viabilidade da PPP possibilitou projetos urgentes e essenciais, pois permite antecipar investimentos que levariam maior tempo para serem feitos apenas com investimentos públicos e a vantagem da PPP é que a obra pode ser financiada com recursos privados, o que permite ao governo aumentar o investimento em infraestrutura sem aumentar o seu endividamento. De acordo com os autores, não há um modelo único de PPP, cada país tem uma abordagem específica adequada ao seu ambiente institucional (jurídico) e econômico, em que há intensidades diferentes de acordo com o grau de intervenção das instituições que regulam a parceria, podem ampliar o papel do Estado, que assumirá papel de coordenador, fiscalizador, financiador e árbitro de interesses.

Com isso, Jardim (2007) nos fornece um quadro de distinção na proposta do papel do Estado no governo Lula com a aprovação da Lei de PPP em dezembro de 2004, que ocasionou mudança na política governamental e permitiu investimentos privados na formação de Sociedades de Propósito Específico (SPE).

A referida Lei de PPP de 2004 traz uma inovação no que se refere a SPE, pois o Art. 9 garante a formação da SPE antes da celebração do contrato de parceria entre os parceiros públicos e privados com o objetivo de implantar e gerir seu objeto. Sendo assim, a SPE poderá ser utilizada pelo Estado como meio para orientar a alocação de recursos particulares, bem como manter um acompanhamento mais detalhado no desenvolvimento dos projetos. (Lima, Paula & Paula, 2005)

Segundo Jardim (2007; 2009; 2010), o governo brasileiro passou a se apoiar nas poupanças dos fundos de pensão para investimentos em infraestrutura, ou seja, os fundos de pensão são importantes financiadores das PPPs assim como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) que constituem também a composição acionária de várias SPE de tal modelo.

Segundo Jardim e Silva (2013) a própria disseminação da ideia de PPP como solução para o problema de investimentos perpassa por argumentos de grupos que atuam diretamente na confecção dessas parcerias, com isso, o Estado brasileiro tem feito uso dos instrumentos financeiros e dos seus rendimentos para obter retorno, pois está atento as possibilidades de rendimento financeiros advindos da parceria. (em julgamento).

Art. 5º As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no [art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995](#), no que couber, devendo também prever:

IX – o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

No entanto, em 2010, foi aprovada a Lei nº 12.349<sup>1</sup>, que acrescenta algumas características à Lei de PPP de 2004. Esta nova Lei provoca alterações no marco legal ocorrido em 2004 por conter artigos (Art. 5 e Art 10) que dão preferência às tecnologias nacionais na contratação dos serviços, com o intuito de geração de emprego e renda (este ponto já contido na Lei de 2004) como também prevê preferências a produtos e tecnologia vindos dos parceiros regionais do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Foi baseado nesse cenário/contexto que o Governo Lula passou a investir de forma intensa em infraestrutura por meio das PPPs, o que tem continuidade no governo Dilma. A Lei de PPP em conjunto com demais leis formam o arcabouço legal e financeiro para o PAC. Enquanto o PPP representa o marco legal/jurídico de implementação de um modelo de parceria que capta recursos privados somados aos recursos públicos e ambos formam as SPE – Sociedades de Propósito Específico, o PAC é um conjunto de projetos a serem implantados em um determinado tempo sob coordenação do Estado e sob o arranjo jurídico das PPPs (Silva, 2013).

Antes de entrar no PAC, apresentamos alguns agentes relevantes das PPP.

### 1.3 Atores relevantes nas PPPs: fundos de pensão e BNDES

A crença nas PPP como solução dos problemas de infraestrutura nacional é multifacetada, pois envolve atores distintos na elaboração e construção deste modelo de parceria no Brasil.

Para ilustrar, o relatório setorial do BNDES publicado em 2013 apresentam os gráficos que mostram simultaneamente, o aumento do desembolso do BNDES entre os censos de 2002 e 2012, e a evolução dos financiamentos a parceria público privada de

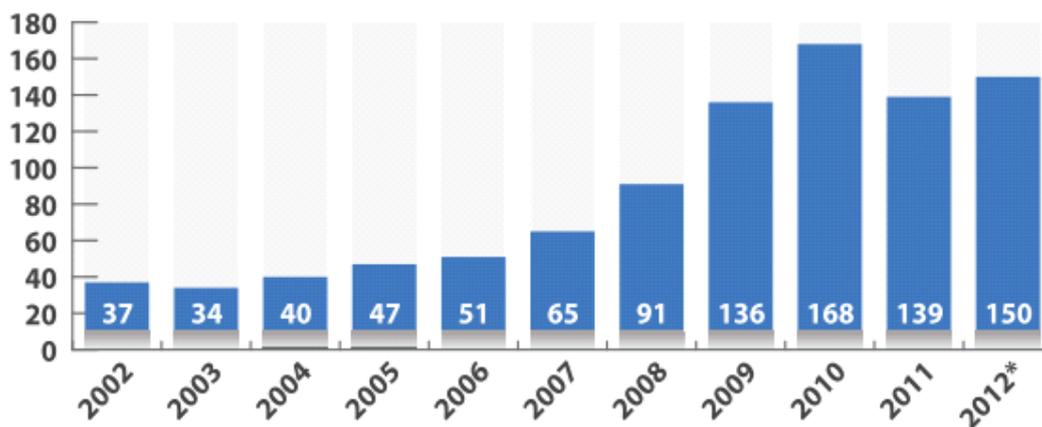
---

<sup>1</sup> [§ 5º](#) Nos processos de licitação previstos no caput, poderá ser estabelecido margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. § 10. A margem de preferência a que se refere o § 5º poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

2004 a 2011, revelando este um ator significativo na efetivação nacional desta ideia, ou seja, conclui-se que esse desembolso seria destinado aos investimentos em PPP.

Gráfico 1 Desembolso do BNDES (R\$ bilhões)

Desembolsos do BNDES (R\$ bilhões)



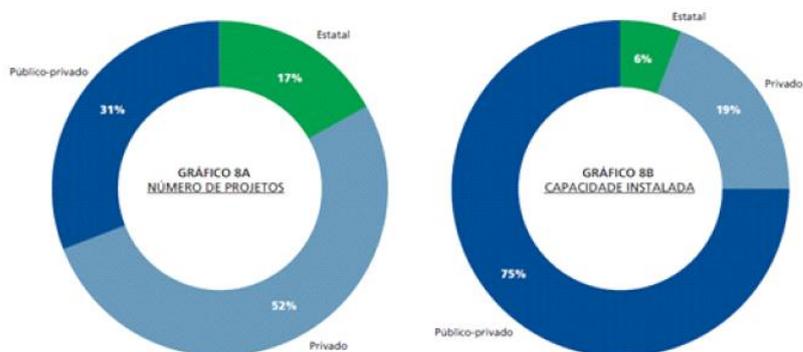
\* Projeção do BNDES

Fonte: BNDES

Elaboração: Ministério da Fazenda

Observa-se no gráfico um aumento relevante do desembolso já no ano de 2007, mesmo ano de criação do PAC, o que indica o impacto deste Programa nos gastos do BNDES; acompanha a evolução do PAC, principalmente pós criação do Minha Casa Minha Vida, em 2009

Gráfico 2 Investimentos do BNDES nas PPP em 2004 e 2011



Fonte: BNDES (2013)

Nota-se o aumento considerável dos investimentos em parcerias público privada, em contrapartida, até 2004 a maior parte dos financiamentos eram destinados ao setor privado. Esse cenário muda significativamente com a implementação das PPP e do PAC, sendo um aumento de participação pública em larga medida, com legitimidade internacional pelo modelo da PPP.

A participação do BNDES e dos fundos de pensão acontece da seguinte forma: primeiro o Tesouro capta recursos através da emissão de títulos da dívida pública, no qual estes são adquiridos/comprados pelos fundos de pensão (possuem uma participação considerável) e em seguida, após a captação, o Tesouro empresta esse dinheiro captado ao BNDES, o qual financia até 80 % das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. (Jardim & Rogério, 2013)

No contexto de crise financeira em 2008, a poupança dos fundos de pensão foi fundamental na política anticíclica do governo e na geração de emprego e renda, quando redirecionaram parte dos investimentos em renda fixa (títulos da dívida pública) para investir em renda variável (atividade produtiva – projetos do PAC). Sendo assim, os fundos de patrocínio público participam ativamente no PAC, são atores relevantes desta política pública e na direção desses fundos, há sindicalistas oriundos dos setores bancários e petroleiros, os quais influenciam sobremaneira as carteiras de investimentos dos fundos, consolidando novas formas de investimento com critérios de sustentabilidade. (Jardim, 2007)

Para Jardim (2007, 2010, 2013) o Governo Lula transformou os fundos de pensão na “menina dos olhos de seu governo”, já que passaram a ser responsáveis por investir na geração de emprego, renda e serviços para a sociedade; tais como a construção de hidrelétricas, hospitais e de casa populares no Programa Minha Casa Minha Vida.

Os demais atores relevantes são os membros do Comitê Gestor da Parceria Público-Privada (CGPPP), instituído pelo governo federal, através do Ministério do Planejamento, composto pelos Ministros do MPOG, Fazenda e Casa Civil. Por outro lado, quem propõe a definição de serviços prioritários é a Comissão Técnica das Parcerias Público Privadas (CTP), submetida ao CGPPP; estes autores serão apresentados mais adiante na sessão 2, com o objetivo de comparar estes atores com os atores representantes do PAC.

Passaremos ao PAC, após apresentar as PPPs e seus principais atores.

## 2 O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)

O PAC é um dos programas mais polêmicos do governo Lula; interpretações em torno deste não são consensuais e isso tem estimulado diversas leituras sobre essa iniciativa do Estado brasileiro, em parceria com empresas privadas, com municípios, sindicatos e fundos do mercado financeiro. As críticas ao PAC se voltam principalmente para a intervenção pontual na economia e pela não ruptura com os ideais neoliberais concretizados na presença do capital privado nas obras do PAC.

Nessa direção, Plínio de Arruda Sampaio Jr (2007) afirma que as medidas anunciadas são apenas um pouco mais do mesmo. Seus fins e seus meios enquadram-se perfeitamente nos parâmetros do padrão de acumulação neoliberal-periférico, implantado pelo presidente Collor de Mello (1990-1992), consolidado por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e reciclado e relegitimado por Lula da Silva (2003-2010). Na mesma direção, Bedê (2008) afirma que o PAC tem mais impacto psicológico do que concreto no crescimento econômico; por psicológico, o autor entende o sentimento de autoestima proporcionado aos brasileiros, pois seria a primeira vez na história democrática do Brasil, que o Estado se colocaria como articular central.

Com outros argumentos, Sicsú (2007), afirma que o PAC é uma nova forma de pensar a relação entre duas instituições essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade, o Estado e o mercado, já que tais instituições devem interagir através de ações do governo para estimular o crescimento econômico e promover justiça e segurança social. Entretanto, segundo o mesmo autor, o PAC aprofunda o neoliberalismo, porque transfere ao capital privado a possibilidade de comercializar serviços básicos da sociedade, tais como saneamento, habitação, transportes (estradas, metrô), etc.

Apesar da desconfiança de alguns estudiosos, pesquisas confirmam empiricamente os avanços do PAC. Por exemplo, a pesquisa de Gazola (2011) et al, sobre a importância do PAC na geração de renda no estado de Rondônia, indica pontualmente uma mudança significativa na região, com a geração de emprego e renda para a população desempregada.

Por sua vez, Silva (2013) pontua o aumento da participação das empresas estatais não privatizadas do setor de energia no PAC, tais como a Eletrobrás e a Petrobrás e afirma que o governo, por meio da sua capacidade de articulação via capital econômico, de informação e tecnológico em setores específicos, atua nas falhas de

mercado e na busca pela modicidade tarifária como justificativa na redução de custos e aumento de renda aos cidadãos.

Na mesma direção, Jardim (2007; 2009) indica que o governo Lula fez alianças com o setor de fundos de pensão, cujo setor passou a investir em obras do PAC, sobretudo após 2008, início da última crise econômica e financeira. Assim, a simbiose entre central sindical e Estado em relação ao PAC, acontece, ainda, quando os sindicalistas gestores de fundos de pensão passam a direcionar os investimentos dos fundos de pensão para o PAC, em detrimento dos títulos da dívida pública (Jardim, 2009). Aprofundando esse argumento, Jardim e Silva (no prelo) pontuam a violência simbólica que o Estado exerceu sobre o mercado durante o governo Lula, já que o governo soube utilizar instituições financeiras, como os fundos de pensão, em políticas públicas que facilitem a geração de emprego e renda para as famílias mais necessitadas.

O discurso de Juarez Guimarães também vai nessa direção. O autor afirma que é a primeira vez na história brasileira que estão sendo criadas condições para um ciclo sustentado de crescimento econômico com distribuição de renda. Ou ainda, com o PAC, o Estado brasileiro recuperou, depois de décadas, parte de sua capacidade estratégica de investir maciçamente e expandir gastos sociais.

No que se refere à opinião das centrais sindicais sobre o PAC, essas são a favor, apesar de críticas pontuais. Para a central sindical CUT (Central Única dos Trabalhadores), assim como para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o PAC precisa passar por uma revisão nas medidas ligadas aos trabalhadores. Entretanto, a posição da CUT é que o PAC representa a retomada do papel do Estado como condutor e promotor do crescimento econômico e desenvolvimento do país, através de investimentos estratégicos. Nesse sentido, o PAC é um plano com aspectos positivos, porque procura combater a ciranda financeira que comanda a destinação da renda apropriada pelo Estado.

Após o lançamento do PAC, em 2007, a CUT propôs a fixação de metas de emprego e formalização, bem como a redução dos juros. A Central argumenta que a existência de contrapartidas sociais é decisiva para que o PAC consiga cumprir com o seu papel dinamizador na economia. Além do compromisso com a geração de empregos de qualidade, a CUT exige a participação no Comitê Gestor do PAC. O objetivo é acompanhar e avaliar os projetos de investimento. Para o secretário-geral da CUT, Quintino Severo, "a questão fundamental que se coloca com o PAC é a capacidade de o Estado voltar a investir, passando a ser um Estado forte, indutor do

desenvolvimento econômico (...) e isso é tudo o que os neoliberais não querem, pois lucram com a fragilidade do setor público.”

Outro sindicalista da executiva nacional da CUT defende que "há uma mudança de qualidade onde começamos a debater o papel fundamental do Estado, estimulando o crescimento com distribuição de renda. Precisamos ter contrapartidas sociais explicitadas, assim como a democratização dos conselhos das estatais, medidas que vêm para aprofundar as transformações em curso”.

Da mesma forma, a central Força Sindical reivindica o mínimo de regras nas relações trabalhistas, já que “muitos serviços foram terceirizados, alguns até quarteirizados.” (Paulo Pereira da Silva, da central Força Sindical). Entretanto, apesar das críticas, as centrais sindicais apoiam o PAC e entendem que esse programa representa um novo desenho do Estado brasileiro, que se coloca como ator central na política de geração de emprego, na efetivação da infraestrutura do país, assim como na redistribuição de renda, via empregos para trabalhadores que estão abaixo ou na linha da pobreza, especialmente os beneficiários do programa Bolsa Família.

Considerando a polêmica existente em torno do PAC e seu papel central no desenvolvimento do Brasil contemporâneo, o texto que ora se apresenta busca identificar o mercado de trabalho gerado via obras do PAC, numa cidade do interior paulista, Araraquara. O objetivo é fornecer elementos empíricos e concretos no debate sobre avanços e limites do PAC, de forma a sair de análises mais ideologizantes e abstratas sobre o tema.

## 2.1 Cronologia do Programa de Aceleração de Crescimento

O Governo Lula lançou em 22 de janeiro de 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento, sustentado no modelo de parceria público-privada. É constituído por um conjunto de políticas econômicas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, através da aceleração da economia, do aumento do emprego, estimulando, assim, a melhoria nas condições de vida da população brasileira. As metas propostas pelo PAC envolvem a expansão significativa da taxa de investimento, cujo investimento seria feito em grande parte pelo setor produtivo privado (empresas, fundos de investimento do mercado financeiro, fundos de

pensão, empreiteiras) em parceria com o setor público (Governo Federal, Estados e municípios).

A iniciativa está organizada em duas partes: a primeira reúne os investimentos em infraestrutura e a segunda, as ações para ampliação do crédito, para a melhoria do ambiente de investimento e para a melhoria na qualidade do gasto público. Além da promessa de estimular os setores produtivos, o PAC busca levar benefícios sociais para todas as regiões do país (BNDES, 2008).

A seleção das obras é feita em três esferas: municipal, estadual e federal, ou seja, tanto o município quanto o Estado submetem propostas de obras a serem financiadas pelo PAC, que após analisada pelo comitê de gestão do PAC, são aprovadas ou não. O Comitê de gestão trabalha em parceria com consultorias contratadas, que orientam na análise dos projetos. Além disso, os Estados e municípios são importantes no processo de contratação da mão de obra a ser usada nas obras do PAC – especialmente focalizada nas famílias que estão na linha da pobreza - além da fiscalização das contratações dos trabalhadores, evitando aliciamentos e desrespeito às leis trabalhistas.

Segundo dados gerados pelo 11º Balanço Completo do PAC, de 2007-2010, (PAC, 2012) foram investidos R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura, de um total previsto de R\$ 619 bilhões. Desse valor, é importante destacar sua origem, de forma a visualizar as Parcerias-Público Privado, a saber:

- 219,20 bilhões de reais foram investimentos feitos por empresas estatais, sendo que, destes, 148,7 bilhões de reais foram investidos pela Petrobrás, uma empresa de economia mista;
- 67,80 bilhões de reais foram investidos com recursos do orçamento fiscal da União e da seguridade;
- 216,9 bilhões de reais foram investidos pela iniciativa privada, especialmente empresas, fundos de pensão, fundos do mercado financeiro.

Explicitada a origem dos investimentos do PAC, passamos a enunciar o destino dos investimentos realizados através do PAC, tendo em vista que:

- 274,8 bilhões foram investidos em Energia (incluindo petróleo), assim divididos:
- 65,9 bilhões de reais para geração de energia elétrica;

- 12,5 bilhões de reais para transmissão de energia elétrica;
  - 179,0 bilhões de reais para petróleo e gás natural;
  - 17,4 bilhões de reais para combustíveis renováveis.
- 
- 170,8 bilhões de reais foram investidos em Infraestrutura Social e Urbana, assim divididos:
    - 8,7 bilhões de reais para o projeto Luz Para Todos;
    - 40,0 bilhões de reais para projetos de saneamento básico;
    - 106,3 bilhões de reais para projetos de habitação (Programa Minha Casa, Minha Vida);
    - 3,1 bilhões de reais para metrô;
    - 12,7 bilhões de reais para recursos hídricos.
- 
- 58,3 bilhões de reais foram investidos em Logística, assim distribuídos:
    - 33,4 bilhões de reais para rodovias;
    - 7,9 bilhões de reais para ferrovias;
    - 2,7 bilhões de reais para portos;
    - 3,0 bilhões de reais para aeroportos;
    - 0,7 bilhões de reais para hidrovias;
    - 10,6 bilhões de reais para marinha mercante.

Sobre o andamento das obras e dos investimentos, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2011 (referente a 2010) indica a execução de 88% do valor previsto, com destaque para os setores de habitação, hidrovia e rodovia, que superaram os investimentos previstos.

Essa informação é importante porque ajuda a negar a visão do senso comum que tem propalado o PAC como “projeto eleitoreiro”. Nesse processo, vale a pena destacar o setor de habitação. Para este setor, os dados do Tribunal de Contas da União TCU (2011) indicam que cerca de 238 mil casas foram entregues, sendo, 92 mil unidades para as famílias de 0 a 3 salários mínimos; 139 mil para famílias de 3 a 6 salários mínimos e 7 mil para famílias de 7 a 10 salários mínimos. Com a efetivação do Programa Minha Casa, Minha Vida, o mercado da construção atingiu 11,3 milhões em 2010, representando 14% do total de ocupados na economia. Entre 2005 e 2010, a

geração de emprego no setor cresceu num ritmo de 5% ao ano (Brasil, relatório do PAC, 2011).

O Programa de Aceleração do Crescimento garantiu sua continuidade no governo de Dilma Rousseff (2011-2014). Assim, no Governo de Dilma Rousseff também tem dispensado energia na efetivação do Programa de Aceleração do Crescimento, que em seu governo foi rebatizado de PAC 2. Nesse, os investimentos estão organizados em seis diferentes eixos, a saber: transporte, energia, cidade melhor, comunidade cidadã, programa Minha Casa, Minha Vida; e água e luz para todos.

Uma característica do PAC 2 é a ênfase na inclusão social dos pobres, por meio do eixo Comunidade Cidadã, assim como da continuidade do programa Minha Casa, Minha Vida. Uma novidade em relação ao PAC 1, são os investimento em obras para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. A segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) visa fornecer infraestrutura por meio dos investimentos de cerca de R\$ 1 trilhão no período de 2011 a 2014. Estima-se que 50% do total de investimentos encontram-se direcionado para o setor de energia e 30% para o programa de habitação Minha Casa, Minha Vida.

Sobre o investimento em infraestrutura esportiva, um total de R\$ 33 bilhões foi alocado na implantação da infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014. A maioria é dirigida para os projetos na área de transportes, dos quais R\$ 11,6 bilhões são destinados para a mobilidade urbana e R\$ 5,5 bilhões para portos e aeroportos.

Em sua participação no Fórum Mundial de Davos, na Suíça, a presidente Dilma Rousseff reintegrou a continuidade da Parceria Pública Privada, vista, em suas palavras, como “iniciativa estratégica” para o futuro brasileiro. Observe:

“Sobretudo, é necessário – e estamos determinados a promover – forte aumento de investimento em infraestrutura, em educação e inovação. Com isso, aumentaremos a taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto, fundamental para sustentar o crescimento de longo prazo. Esse é o sentido do nosso programa de infraestrutura. Temos, em parceria com o setor privado, um programa de concessões em infraestrutura logística integrada, infraestrutura energética, social, infraestrutura urbana, que envolve centenas de bilhões de dólares. O objetivo é somar recursos, mas é também aumentar a eficiência e aperfeiçoar a gestão dos serviços associados a essas obras. Os consórcios privados, que vêm participando desse processo de concessões e licitações, são integrados por grandes empresas nacionais e internacionais.”

Até agosto de 2013, o PAC 2 concluiu R\$ 488,1 bilhões em ações, o que corresponde a 69% das ações previstas para o período 2011-2014, 25,6% superior em relação ao último balanço, quando o volume de ações concluídas era de R\$ 388,7 bilhões.

O **eixo Minha Casa, Minha Vida** concluiu empreendimentos no valor de R\$ 278 bilhões. O programa MCMV, desde o início, contratou 2,9 milhões de unidades em mais de 94% das cidades brasileiras e entregou 1,3 milhão de moradias, beneficiando quase 4,6 milhões de brasileiros. Somente no MCMV 2 foi contratado 1,9 milhão de moradias.

Com R\$ 161,1 bilhões em ações concluídas, o **eixo Energia** promoveu a entrada de 9.231 MW no parque gerador brasileiro. Destaca-se neste quadrimestre a entrada em operação da primeira unidade geradora (750 MW) da hidrelétrica de Jirau em Rondônia, que tem potência de 3.750 MW.

Para levar toda essa energia aos mercados consumidores, fortalecendo e expandindo o Sistema Interligado Nacional, foram concluídas 26 linhas de transmissão, totalizando 8.270 km

Esta pesquisa destaca o Circuito 1 da Interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara, com extensão de 2.375 km, entrou em operação e está em fase de execução dos testes, por Araraquara ser o município em destaque.

No PAC 2, na área de exploração e produção de petróleo foram concluídos 23 empreendimentos; em refino e petroquímica, 14; em fertilizantes e gás natural, sete.

No **eixo Transportes** foram concluídos empreendimentos no valor de R\$ 37,6 bilhões em obras por todo o País. São 2.634 km em rodovias e, entre as obras finalizadas neste ano. Foram concluídos 639 km de ferrovias. Concluiu 20 empreendimentos em 12 portos do País. A capacidade dos aeroportos brasileiros aumentou em 14 milhões de passageiros por ano, com a conclusão de 21 obras. Em Hidrovias, são 11 empreendimentos concluídos.

Em **Água e Luz Para Todos** foram concluídas ações no valor de R\$ 6,3 bilhões. O PAC 2 realizou mais de 413 mil novas ligações do Luz para Todos, beneficiando 1,6 milhão de pessoas. Sobre o abastecimento de água, foram concluídos 606 empreendimentos em áreas urbanas e 24 empreendimentos de recursos hídricos.

O **eixo Cidade Melhor** concluiu, com investimentos de R\$ 1,9 bilhão, 753 empreendimentos de saneamento, 46 de drenagem e oito de contenção de encostas.

As obras e ações do PAC percorrem diversos estágios até que sejam executadas fisicamente, tais como: elaboração e aprovação de projeto, aprovação de licenciamento ambiental, licitação, contratação e, finalmente, execução do empreendimento ou ação. Desse modo, a evolução dos estágios é um importante indicador que evidencia problemas a serem atacados para que as obras e ações mantenham seus cronogramas.

O indicador de estágios das ações monitoradas dos eixos Transportes, Energia, Mobilidade Urbana, Luz para Todos e Recursos Hídricos, considerando seus valores, demonstra que, até agosto de 2013, 33% foram concluídas, 54% estão em obras, 6% em fase de licitação e 7% em projeto ou licenciamento.

## 2.2 Principais obras

As 10 maiores obras do PAC2: o total de investimento destas obras somadas compreende um valor de 203,3 bilhões. Entre as 10 maiores obras do PAC2, temos, duas (2) na Região Nordeste para construção de refinarias, que juntas somam 76,7 bilhões sendo as que ocupam o topo do ranking elaborado pelo balanço. As demais regiões que se destacam são as obras da Região Norte, três (3) acerca de geração de energia, pois compreendem a construção das usinas hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau; e as obras da Região Sudeste, principalmente no Estado de Rio de Janeiro que abarca as três (3) obras de destaque. O Paraná é o único estado da Região Sul que aparece no ranking e Goiás o único da Região Centro-Oeste.

Segue o ranking elaborado pelo 8º Balanço do PAC2, entre maio e agosto de 2013:

### 1ª REFINARIA PREMIUM I (MA)

Sendo a maior obra do PAC, a Refinaria Premium I, com investimento total previsto de R\$ 41 bilhões de reais, irá maximizar a produção brasileira de óleo diesel de alta qualidade, além de tornar-se uma das maiores refinarias do mundo, pois terá capacidade de processar cerca de 600 mil barris/dia. Esta obra gerará cerca de 100 mil empregos diretos e indiretos. O início das operações acontecerá em 2017.

### 2ª REFINARIA ABREU E LIMA (PE)

Com investimento total previsto de R\$ 35,7 bilhões, a refinaria irá processar 230 mil barris de óleo/dia, onde 70% deste total vai virar diesel. Produzirá também gás de cozinha (GLP), nafta petroquímica e combustível para siderurgia e indústria de cerâmica (coque), entre outros. Para o relatório, estima-se que 20% da produção será voltada para Pernambuco e o restante para os demais estados do Nordeste.

### 3ª USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE (PA)

O investimento total previsto para obra é de R\$ 28,9 bilhões, sendo o principal projeto energético do PAC e uma das grandes prioridades do programa, pois irá garantir energia limpa e renovável a um custo abaixo das alternativas existentes. Possuirá capacidade de gerar 11.223 MW de energia elétrica, com uma média de 4.571 MW.

### 4ª COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO – COMPERJ (RJ)

A obra possui investimento total previsto de R\$ 26,5 bilhões, onde terá capacidade de processar 165 mil barris/dia de petróleo pesado na Bacia de Campos para produzir derivados como nafta, querosene, diesel e óleo combustível. Segundo consta no relatório PAC2 (2014) a obra deverá gerar mais de 200 mil empregos diretos e indiretos.

### 5ª USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO (RO)

Esta obra conta com investimento total previsto de R\$16 bilhões, é a terceira maior usina em construção, atrás de Belo Monte e Jirau (7ª do ranking) com capacidade de geração de energia de 3.150 MW (média de 2.218 MW). Segundo relatório PAC2 (2014) suas turbinas são as que têm maior potência nominal no mundo: cada uma tem capacidade de gerar 72 MW. Segue também no relatório, que a obra emprega cerca de 18 mil trabalhadores.

### 6ª CAMPO DE PAPA TERRA MÓDULOS 1 E 2 (RJ)

O investimento total previsto para esta obra é de R\$ 13,5 bilhões de reais. O Campo terá seis (6) poços produtores, dois (2) poços injetores (de gás e água) e um (1) gasoduto de interligação entre a plataforma de produção e a PMXL -1 no Campo de Mexilhão para integrar o sistema comercial de gás. Este campo poderá processar 100 mil barris de óleo e 5 milhões m<sup>3</sup> de gás diários.

#### 7ª USINA HIDRELÉTRICA JIRAU (RO)

Esta obra possui investimento total previsto de R\$ 13,1 bilhões e capacidade de geração de energia – potencia instalada- de 3.770 MW. Segundo dados do relatório do PAC (2014), mais de 18 mil trabalhadores participam da construção da usina, sendo esta a segunda maior usina em construção no país, depois de Belo Monte, que se encontra na 3ª posição deste ranking.

#### 8ª USINA TERMELÉTRICA NUCLEAR ANGRA 3 (RJ)

Com investimento total revisto de R\$ 13 bilhões de reais, esta usina vai gerar uma média de 1.124 MW, no qual é o único empreendimento nuclear em andamento atualmente no país. A previsão de conclusão da obra será em 2018.

#### 9ª CONVERSÃO DA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS – Repar (PR)

O investimento total previsto para esta obra é de R\$ 8,7 bilhões de reais, sendo a maior companhia do setor químico do Paraná e a maior indústria do sul do país. A capacidade de refino esta prevista par 189 mil barris/dia de petróleo, produzindo gasolina, óleo diesel, gás de cozinha, óleo combustíveis, nafta e asfalto, entre outros. Será responsável por cerca de 12% da produção nacional de derivados de petróleo no Brasil.

#### 10ª TRECHO SUL DA FERROVIA NORTE-SUL (Tocantins/Goiás/Minas Gerais/São Paulo)

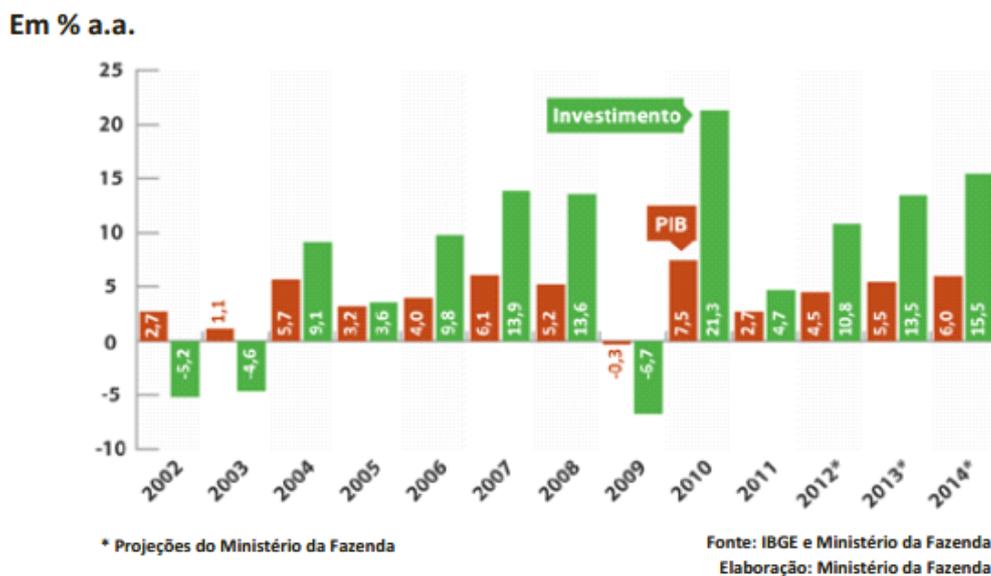
Com um investimento total previsto de R\$ 6,9 bilhões de reais, esta obra integrará as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, criando alternativas logísticas para a produção dessas regiões. Os principais produtos escoados por esta serão grãos, combustíveis, minério e fertilizantes. Principais polos industriais instalados ao longo de seu percurso: Porto Franco, Porto nacional, Gurupi, Uruaçu e Anápolis. Esta obra gerará 10 mil empregos diretos e 30 mil empregos indiretos.

### 2.3 Quadro Macroeconômico

As taxas de crescimento do PIB tem-se acelerado, sendo que cresceu 1,5% no segundo trimestre de 2013, na comparação com o primeiro trimestre, o qual representou

um aumento de 6,0 %. Na comparação com o mesmo período de 2012, o crescimento passou de 1,9% no primeiro trimestre para 3,3% no segundo trimestre. (PAC2, 2013)

Gráfico 3 Variação do PIB e de Investimento entre 2002 e 2014\*



Há continuidade da trajetória da geração de emprego formal e crescimento da renda real. A taxa de desocupação permanece em níveis mínimos históricos, alcançando 5,3% em agosto, mesmo valor de agosto de 2012, o qual representa o menor percentual da série para esse mês. A título de comparação, temos as taxas de desemprego na Grécia em torno de 27,6%, Espanha 26,2% e Portugal 16,5%. (PAC2, 2013)

O papel do PAC se mostra essencial, pois o emprego formal no setor de obras de infraestrutura, impulsionado pelo Programa, aumentou em média 6,9% ao ano, no período de 2011, 2012 e set/2013 – o dobro do emprego formal total no Brasil, que nesse mesmo período cresceu em média 3,5% ao ano. (pac2, 2013)

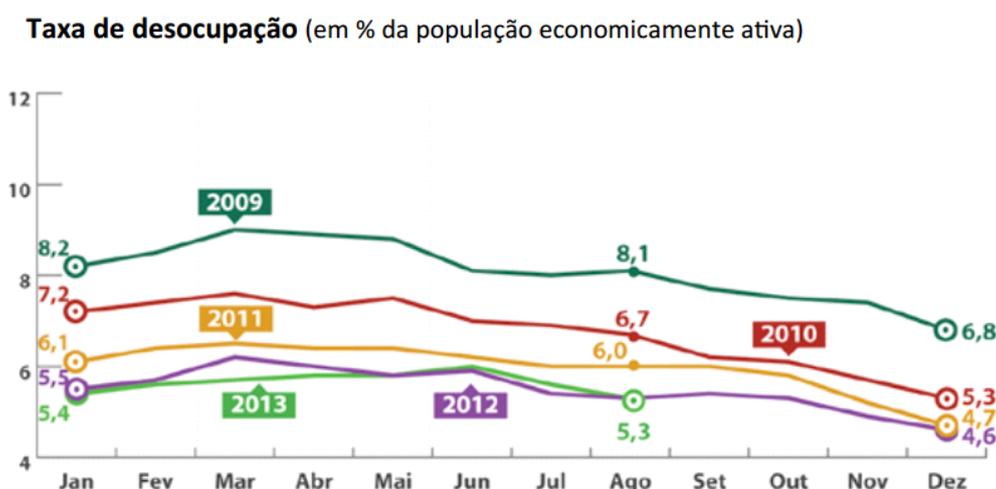
Segundo informações geradas pelo Comitê Gestor do PAC (CGPAC), em outubro de 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) chega ao 8º balanço com sua taxa de execução equivalente ao seu tempo de implementação de 67%, ou seja, segundo o relatório, o conjunto de empreendimentos do PAC caminha ajustado ao cronograma. Vale lembrar as críticas aos reajustes do cronograma, também observadas pela coleta de dados nos relatórios, ou seja, os atrasos são reajustados assim como os valores. Para o Coordenador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio

Vargas (FGV-Ibre) – Armando Castelar Pinheiro a “falta de planejamento é o principal responsável pelos atrasos. Há problema de gestão, que é uma questão muito mais micro do que dizer que a infraestrutura não anda por falta de recursos.” Para o Coordenado da FGV-Ibre, o projetos básicos não se sustentam quando são colocados em prática, ou seja, quando são executados, para ele “os projetos básicos são de má qualidade, o que gera inconsistência com os orçamentos”<sup>2</sup>

O investimentos do PAC atingiu R\$ 665 bilhões até agosto de 2013, o que garante (segundo o relatório) um alto nível de empregabilidade, baixa taxa de desemprego (5,3%) e gera efeitos nos diversos setores da economia diretos e indiretamente impactados pelo programa.

A construção civil é o setor que sofre efeito direto do programa, no qual o número de empregos com carteira assinada aumentou 75%, de 2007 quando o programa foi iniciado até 2012. (PAC2, 2013). Segundo o Ministério do Trabalho, é o maior entre todos os setores medidos pela Relação Anual do Trabalho e Emprego (RAIS), sendo gerados na área de exploração de Petróleo e Gás Natural um total de 750 mil postos de trabalho, 150 empregos diretos e 650 mil indiretos.

Gráfico 4 Taxa de desocupação entre 2009 e 2012



Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

<sup>2</sup> fala durante a Abertura do Seminário “Infraestrutura e Construção Pesada no Brasil” – organizado pela FGV. <http://www.valor.com.br/brasil/3716658/fgv-infraestrutura-carece-mais-de-gestao-que-de-recursos-no-brasil> (Acessado em Novembro de 2014).

O Gráfico 4 ilustra a taxa de desocupação entre os anos de 2009-2012, a fim de comparar o desemprego nacional. Os dados coletados pelo IBGE mostram uma queda na taxa de desocupação, ou seja, um aumento na taxa de emprego em paralelo a queda da população desocupada. Em 2009, 6,8% da população estaria desempregada, no ano seguinte, este índice cai para 5,3% da população e em 2012, 4,6% da população estaria sem emprego.

As investigações apontam que os postos de trabalho gerados pelo PAC, foram fundamentais na política anticíclica do governo durante a crise financeira de 2008-2009, já que essa trouxe uma rápida desaceleração da economia, retomando seu ritmo no ano seguinte. O PAC contribuiu para que o mercado de trabalho brasileiro fosse pouco atingido pela crise: o movimento da queda da taxa de desemprego não sofreu grandes consequências; não houve queda na formalização, enquanto os salários mantiveram-se ascendentes. (Jardim, 2013).

Gráfico 5 Salário Mínimo, em R\$ e taxa de variação nominal real



Fonte: Dieese  
Elaboração: Ministério da Fazenda

Em contraposição a década de 1990, cuja característica predominante é o desemprego, o saldo líquido de geração de emprego acumulado no período de 2003-2012 é de 12 milhões de empregos formais, via carteira de trabalho. A taxa de desemprego também caiu, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os setores mais beneficiados foram o de construção, o de hidrelétrica e o de rodovia. (Jardim, 2013)

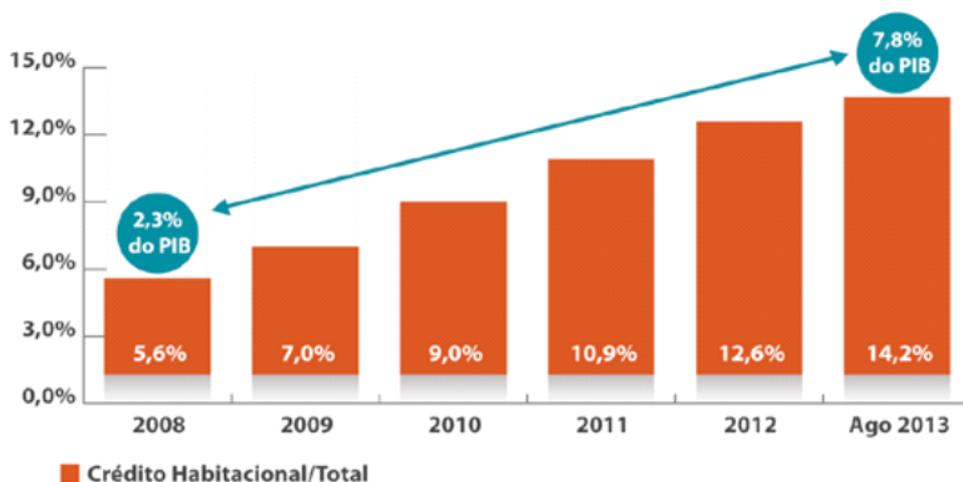
Apesar das vantagens dessa relação, encontra-se ambiguidades e tensões próprias da relação entre Estado, mercado e trabalho. Dentre as tensões, citamos especialmente o

descaso com a legislação trabalhista por determinadas empresas intermediárias nas obras do PAC, o que tem gerado diversos conflitos entre trabalhadores e empreiteiras. (Jardim, 2013).

O crédito doméstico tem tido um crescimento apoiado na expansão do crédito habitacional. Como proporção do PIB, o estoque total de crédito passou de 53,8% no final de 2012 para 55,5% em agosto de 2013. O crédito imobiliário total cresceu 33,7% em agosto no acumulado em doze meses, atingindo 7,8% do PIB. Como percentagem de crédito total, o crédito imobiliário passou de 5,6% em 2008 para 12,6% em 2012 e 14,2% em agosto de 2013. Neste mês o estoque total de crédito aumentou 16,1% no acumulado em doze meses, percentual semelhante ao verificado no fechamento de 2012, de 16,4%.

Gráfico 6 Operações de Crédito habitacionais

**Operações de Crédito Habitacional** (em % PIB e % carteira total de crédito)



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

O Programa Minha Casa Minha Vida alcançou 1,32 milhão de moradias entregues até agosto de 2013, beneficiando mais de 4,6 milhões de brasileiros.

De forma consistente com a estratégia de priorizar o investimento, vários incentivos têm sido concedidos para a ampliação da capacidade produtiva da economia, como o menor IPI em material de construção, bens de capital e caminhões. O Governo também tem atuado na melhoria das condições de financiamento do investimento privado por meio de vários programas do BNDES, onde se oferecem condições básicas favoráveis de financiamento para aquisição de bens de capital.

Ampliação dos investimentos públicos e privados, as políticas fiscais e tributária permitem não somente dinamizar a demanda agregada, como fundamentalmente melhorar as condições de crescimento equilibrado de longo prazo, ao ampliar a capacidade de oferta da economia.

É nesse contexto que o PAC se constitui em um instrumento essencial para garantir que o investimento se mantenha como uma das principais forças impulsionadoras do desenvolvimento. Os investimentos em infraestrutura acabam por promover, ainda mais, os investimentos privados em setores estratégicos e dinâmicos (efeito multiplicador). Economia retoma trajetória de crescimento. (Brasil, 8º Balanço PAC, 2013)

## 2.4 Membros do Comitê Gestor do PAC

Em termos institucionais, o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) é composto pelo Comitê Gestor do PAC (CGPAC), no qual o Grupo Executivo do PAC (GEPAC) é responsável pelo monitoramento do Programa, estabelecendo metas, e acompanhando a sua implementação; é composto pelos representantes do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministro da Fazenda, e Ministro da Casa Civil.

Como mostram as tabelas abaixo, encontramos fortes semelhanças nos comitês dos distintos espaços sociais, ou seja, quando apresentamos os membros do Comitê Gestor das PPP e os do PAC observamos os mesmos atores públicos envolvidos na elaboração e efetivação tanto da Lei quanto do Programa

Isso implica na constatação de que os mesmos atores estariam atuando em espaços correspondentes, portanto, estariam atuando juntos na reelaboração do papel do Estado, como articulador no que compreende a parte legal/jurídica através da Lei, assim como na parte empírica, nos empreendimentos do PAC.

Portanto o Estado (atores públicos) estaria atuando diretamente na celebração de contratos e alianças com parceiro privado, alcançando maiores espaços, além de fiscalizador/regulador, como observador nos últimos vinte anos.

Tabela 1 Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão a partir de 2003

Período	Nome
1/1/2003 a 18/11/2004	Guido Mantega
19/11/2004 a 22/03/2005	Nelson Machado – Interino
22/03/2005 a 1/1/2011	Paulo Bernardo
2/1/2011 - atual	Miriam Belchior

Fonte: [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)

Tabela 2 Ministros da Casa Civil a partir de 2003

Período	Nome
01/01/2003 a 21/06/2005	José Dirceu
21/06/2005 a 30/03/2010	Dilma Rousseff
16/09/2010 a 31/12/2010	Carlos Eduardo Esteves Lima
01/01/2011 a 07/06/2011	Antônio Palocci
08/06/2011 a 03/02/2014	Gleisi Hoffmann
03/02/2014 – atual	Aloizio Mercadante

Fonte: <http://www.casacivil.gov.br/>

Tabela 3 Ministros da Fazenda a partir de 2003

Período	Nome
01/01/2003 a 27/03/2006	Antônio Palocci Filho
27/03/2006 – atual	Guido Mantega

Na sessão seguinte, apresentamos dados do PAC em Araraquara, indicando geração de emprego no município observado.

### 3 O PAC em Araraquara

Araraquara é uma cidade do interior paulista que fica a aproximadamente 277 Km da capital do Estado, possui uma população de 210.672 mil habitantes segundo censo do IBGE realizado em 2011. Com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) elevado, média de 0,830, é uma das cidades de destaque da região por fornecer a sua população uma alta qualidade de vida, décima sétima colocada no Ranking IFDM Nacional (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, 2010)

A cidade está localizada em uma região central do Estado que conta com mais de um milhão de habitantes, que inclui as cidades de Ribeirão Preto, Rio Claro e São Carlos. A cidade é alvo de grandes investimentos empresariais, em diversos ramos, como também apoia pequenos e médios investidores com políticas como a Lei Geral Municipal do Microempreendedor Individual, da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Sua principal atividade econômica está concentrada no setor comercial e industrial, na agroindústria, representada pela cana de açúcar e a laranja. Além de atividades em outros setores como no metalomecânico, indústria têxtil, tecnologia de informação, aeronáutico e serviços, com empresas que empregam mão-de-obra intensiva. No entanto, iremos observar e acompanhar o setor da construção civil, por este ser um dos maiores responsáveis pela geração de postos de trabalho via PAC no município.

A tabela a seguir, mostra as admissões, por setor, na cidade durante o período de 2007 a 2012. Os números foram agregados referentes ao primeiro emprego, reemprego, reintegração, contrato de trabalho com prazo determinado e transferência administrativa.

Tabela 4 Admissões por setor no município de Araraquara, de 2007 a 2012

Setor	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Extrativa Mineral			2	6	10	6	24
Indústria de Transformação	9.412	10.075	9.011	8.557	9.847	7.688	59.590
Serviço Industrial de Utilidade Pública	47	88	79	57	50	66	387
Construção civil	2.550	2.079	2.346	4.146	4.625	4.181	19.927
Comércio	7.904	9.296	9.224	10.596	11.639	11.532	60.191
Serviços	10.643	10.815	11.961	15.866	17.182	16.730	83.197
Administração Pública	1.255	788	1.057	511	536	679	4.826
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	2.535	2.791	3.545	2.985	2.968	1.746	16.670

Fonte: <http://bi.mte.gov.br> (seção Perfil do Município)

Notamos que entre 2007 e 2012, o setor de serviços foi o primeiro em maior número de admissões na cidade, seguido pelo setor de comércio e indústria. O setor da construção foi o quarto em número de admissões total. Os setores agregados de Agropecuária, Extrativo Vegetal, Caça e Pesca, Administração Pública, Serviço Industrial de Utilidade Pública e Extrativa Mineral aparecem como os setores de menores admissões, portanto menos expressivos.

A tabela 2 mostra a porcentagem dos principais setores na admissão total, ou seja, aqueles que mais se destacaram em números de admissões.

Tabela 5 Porcentagem por setor no número total de admissões

Ano	Admissões	Serviços	Comércio	Indústria	Construção Civil	
<b>2012</b>	42.628	39,25%	27,05%	18,04%	9,81%	94,14%
<b>2011</b>	46.857	36,67%	24,84%	21,02%	9,87%	92,39%
<b>2010</b>	42.724	37,14%	24,80%	20,03%	9,70%	91,67%
<b>2009</b>	37.225	32,13%	24,78%	24,21%	6,30%	87,42%
<b>2008</b>	35.932	30,10%	25,87%	28,04%	5,79%	89,79%
<b>2007</b>	34.346	30,99%	23,01%	27,40%	7,42%	88,83%

Fonte: <http://bi.mte.gov.br>

No ano de 2012, houve 9,81% de admissões no setor da construção civil, próximo à porcentagem da média nacional de geração de emprego, a qual gira em torno dos 14% segundo dados do Ministério do Trabalho, sendo que a soma de admissões entre os anos de 2007 a 2012 na construção civil, representa 8.3% do total de admissões entre os respectivos anos. Lembramos que o setor de construção civil tem apresentado avanços devido ao programa Minha Casa Minha Vida, sobretudo, mas não somente.

A tabela a seguir mostra os números de desligamentos por setor, referentes à dispensa sem justa causa, dispensa com justa causa, a pedido, término de contrato, aposentadoria, morte, término de contrato de prazo determinado, transferência.

Tabela 6 Desligamentos por setor em Araraquara, entre 2007 e 2012

Setor	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Extrativa Mineral	1	2	6	17		6	32
Indústria de Transformação	7.367	9.273	6.677	9.901	9.249	7.781	50.248
Serviço Industrial de Utilidade Pública	23	55	46	66	38	34	262
Construção civil	2.230	2.107	2.063	3.045	4.614	4.261	18.320
Comércio	6.821	8.728	8.500	9.241	10.751	11.364	55.405
Serviços	9.457	10.411	11.534	14.183	14.876	15.423	75.884
Administração Pública	913	791	497	499	372	365	3.437
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	2.071	2.614	3.779	4.000	2.420	1.963	16.847

Fonte: <http://bi.mte.gov.br>

Os setores de serviços, comércio, indústria de transformação apresentaram maior quantidade de desligamentos, seguido pela construção civil, que aparece como quarto setor em número total de desligamentos.

A próxima tabela é sobre a variação absoluta, ou seja, o cálculo da diferença entre as admissões e os desligamentos. A tabela mostra que os líderes em geração de emprego no município foram os setores de Serviços, Indústria de Transformação e Comércio, seguido pelo setor da construção civil, que representa 7,8% da geração de emprego do município de Araraquara entre os respectivos anos.

Tabela 7 Variação absoluta de emprego em Araraquara, entre 2007 e 2012

Setor	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Extrativa Mineral	-1	-2	-4	-11	10		-5
Indústria de Transformação	2.045	802	2.334	- 1.344	598	-93	6.226
Serviço Industrial de Utilidade Pública	24	33	33	-9	12	32	135
Construção civil	320	-28	283	1.101	11	-80	1.672
Comércio	1.083	568	724	1.355	888	168	4.563
Serviços	1.186	404	427	1.683	2.306	1.307	7.752
Administração Pública	342	-3	560	12	164	314	1.390
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	464	177	-234	- 1.015	548	-217	-493

Fonte: <http://bi.mte.gov.br>

Em homologia com o cenário nacional, os dados quantitativos indicam que diversos setores foram aquecidos pelas obras do PAC, especialmente o setor de construção civil. Da mesma forma, quando saímos dos dados macros e conversamos com trabalhadores das obras do PAC, assim como técnicos que trabalham na prefeitura da cidade na disponibilização de vagas de emprego, a evidência da importância do PAC na geração de emprego e renda é mais notável.

Assim, profissionais que trabalham no Posto de Atendimento ao Trabalhador de Araraquara (PAT), nos informaram que para o preenchimento das vagas das obras do PAC, utilizam o banco de dados de beneficiários do programa Bolsa Família. Da mesma forma, representantes de sindicato do setor da construção civil argumentam sobre o aquecimento no número de postos de trabalho após a implantação das obras do PAC e sobre o papel da prefeitura para garantir que as empreiteiras que se ocupam das obras do PAC, respeitem a legislação trabalhista. Os discursos observados em pesquisa exploratória indicam mais contentamento do que descontentamento com as obras do PAC.

No próximo item, focaremos na descrição dos investimentos do PAC na cidade, indicando setores e obras privilegiadas.

### 3.1 Eixo Infraestrutura Energética

Desde 2007 a cidade de Araraquara faz parte do percurso da Transmissão de Energia Elétrica, por meio do qual estava previsto a interligação das Usinas do Madeira, entre Porto Velho e Araraquara e da Linha de Transmissão (LT) Araraquara-Nova Iguaçu. Ambas as linhas fazem parte de um total de 15 linhas de transmissão, que entre os anos de 2007 a 2010 tinham o objetivo de construir 5.006 km com investimentos previstos de 6,7 bilhões (PAC 2007), com data de conclusão para 31/21/2011.

O projeto de interligação das Usinas do Madeira (Linha de Transmissão LT Porto Velho-Araraquara) abrange áreas de vários Estados e por isso se encaixa no setor de empreendimento regional. Entre os Estados que fazem parte estão da região norte (Rondônia), centro-oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e sudeste (São Paulo), com uma extensão de 2.450 km e o investimento total de 7,2 bilhões. Segundo o 4º Balanço do PAC (2010), esta linha é importante para o suprimento elétrico do país, necessária para o escoamento da energia da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira. Segundo o TCU, o estágio atual do empreendimento é “em obras”.

O outro empreendimento deste eixo, a Linha de Transmissão LT Araraquara-Nova Iguaçu, corresponde a duas linhas de transmissões que somam o total dos investimentos, LT Araraquara-Atibaia e a LT Atibaia-Nova Iguaçu. Ambas percorrem

somente a região sudeste, a primeira abrange apenas o Estado de São Paulo, possui uma extensão de 250 km, soma um investimento de 528,10 milhões e a segunda abrange os Estados do São Paulo e do Rio de Janeiro, com extensão de 350 km, com investimentos de 452,92 milhões. Consta no 4º Balanço do PAC (2010) que a obra fornecerá um atendimento adequado ao Estado de São Paulo e ao escoamento de energia da UHE Santo Antônio.

A LT Araraquara-Nova Iguaçu também se encaixa nos setor de empreendimentos regionais, e recebeu investimentos de R\$ 436 Milhões . O projeto continuou a receber investimento do PAC 2, o qual prevê investir entre os anos de 2011 a 2014 o valor de R\$ 282,02 milhões. A obra encontra-se em estágio de licitação.

Além das linhas de transmissão citadas, está em construção na cidade a subestação SE Araraquara II 500/440 kV, para a interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara. Este foi o principal investimento do PAC na cidade, que, agora conta com investimentos do PAC 2, entre 2011 e 2014 (R\$ 138,52 milhões). O empreendimento foi concluído em Agosto de 2012 (28/08/2012) e o executor foi Araraquara Transmissora de Energia S.A. (CYMI).

### 3.2 Eixo Transporte

No eixo Infraestrutura e Logística, a cidade recebe investimentos para a realização do empreendimento do “Contorno e Pátio Ferroviário de Araraquara”, do tipo ferrovia. Segundo balanços divulgados pelo PAC (4º Balanço, 2007), as obras receberam entre os anos de 2007 a 2010, a quantia de R\$ 115 milhões.

Segundo constata no documento, o empreendimento é estratégico para melhorar o tráfego em regiões metropolitanas e eliminar gargalos operacionais nos entroncamentos ferroviários: Rodoanel e Contorno de Araraquara. (Cartilha Estadual – São Paulo, 2012).

O projeto continuou recebendo investimentos com o PAC 2, no qual, recebeu 2,4 milhões de investimentos pós 2010 e R\$ 78,06 milhões entre os anos de 2011 e 2014. As obras encontram-se em andamento, com 89% do projeto realizado. (Cartilha Estadual – São Paulo, 2013).

### 3.3 Eixo Infraestrutura Social e Urbana

O eixo Infraestrutura Social e Urbana, foi um dos que mais aglutinou investimentos na cidade, num total de 5 obras, selecionadas desde 2007 no primeiro ano do PAC, sendo que foram propostas pelo próprio município. Dentre estas, três delas foram concluídas, a saber: ampliação do SAA na sede municipal - implantação do sistema de tratamento de lodo da Estação de Tratamento de Água (ETA) Fonte, que contou com um investimento total de 1.396,1 mil; ampliação do SAA no Portal das Laranjeiras, Cociza, Idanorma, Distrito Industrial, Omar Makusoud e Chácara Flora - rede de distribuição de água, um investimento total de 1.968,5; melhoria e ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Araraquara, investimento total de R\$ 6.418,14 Milhões. Essa última foi concluída no primeiro ano do PAC2 em 2011.

As obras não concluídas, ou seja, as obras em andamento, são: ampliação do SAA na sede municipal - ampliação do sistema de produção de água de Poço do Ouro, um investimento total de R\$ 5.015,1 milhões; ampliação do SES no Portal das Laranjeiras, Cociza, Idanorma, Distrito Industrial, Omar Makusoud e Chácara Flora - rede coletora de esgotos, investimento total de 3.034,2.

Em novembro de 2010, uma sexta obra foi selecionada e conta com investimentos também do PAC 2, sendo que o órgão responsável pela ação é a Fundação Nacional da Saúde, de apoio a catadores da Cooperativa Acácia de Catadores, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araraquara. O estágio encontra-se em ação preparatória, investimento total de R\$ 230,30 milhões.

### 3.4 Eixo Habitação

No que se refere ao Eixo Habitação, Araraquara também possui investimentos selecionados desde 2007, com o empreendimento “Urbanização - Bairros Jardim Adalberto Roxo e Jardim das Hortências”, que recebeu investimentos no valor de R\$6.120,60 milhões reais entre os anos de 2007 e 2010 e continuou a receber investimentos do PAC 2, somando um total de investimentos R\$7.108,25 milhões.

A Elaboração do Plano Local de Habitação também recebeu investimentos. Segundo os balanços dos anos de 2008, somaram um total de R\$36 milhões (4º Balanço do PAC,

2008), e nos balanços de 2009 este valor subiu para R\$70,4 milhões, sendo que obra está em situação “concluído” (8º Balanço do PAC, 2009).

### 3.5 PAC 2 em Araraquara

Os investimentos mais recentes do PAC na cidade de Araraquara datam de 2010 e 2012, e estes estão localizados no eixo Água e Luz Para Todos, mais concretamente, a ampliação do SAA na sede municipal - sistema de produção e preservação Cruzes, que recebeu um investimento total de R\$ 3.546,01 milhões e encontra-se no estágio “ação preparatória”.

Os investimentos do Eixo Cidade Melhor datam de novembro de 2010, através do empreendimento “Apoio a catadores da Cooperativa Acácia de Catadores, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araraquara”, órgão responsável: Fundação Nacional da Saúde, tipo: resíduos sólidos, com investimentos total de R\$ 230,30 milhões, estágio ação preparatória.

No Eixo Comunidade Cidadã, a cidade teve projetos selecionados em dezembro de 2010 para a construção de cinco unidades Unidade Básica de Saúde II, no qual encontra-se em obras e o investimento soma o total de R\$ 1.733,33 milhões. Houve também o empreendimento selecionado em julho de 2012 de ampliação de 7 unidades de UBS, sendo que o estágio as obras encontra-se em “ação preparatória”.

Ainda no Eixo Comunidade Cidadã, a Prefeitura Municipal de Araraquara tem empreendimento selecionado em dezembro de 2012, para a construção de praças de esporte e cultura (Modelo 3.000<sup>2</sup>), somando o total de R\$ 2.020,00 milhões, e o estágio dos empreendimento encontra “em obras”.

Portanto, em sintonia com o cenário nacional, o município teve obras selecionadas desde o PAC 1, e continua a receber investimentos do PAC 2. Nesse processo, os investimentos abrangem todos os eixos do Programa, sendo que os de maior destaque e maior investimento são: Eixo Energia, Empreendimento Subestação SE Araraquara II 500/400 kv concluído em 2012, na qual captou cerca de R\$ 375 milhões e Eixo Transporte, Empreendimento Contorno e Pátio Ferroviário de Araraquara, 89% da obra concluída, que captou R\$ 190 milhões de recursos.

Os dados quantitativos e qualitativos (conversas com trabalhadores das obras do PAC e agentes da prefeitura que disponibilizam as vagas), indicam que o município tem colaborado não somente para a implantação das obras do PAC, mas também, para a fiscalização destas. A fiscalização das obras é feita por meio do trabalho da prefeitura, que realiza vistorias junto às empreiteiras responsáveis pelos empreendimentos.

## 4 Considerações Finais

A pesquisa apontou que o PAC tem possibilitado a geração de emprego e renda em alguns setores da economia em nível nacional. Num plano micro, indica o caso da cidade de Araraquara como exemplo do papel dos municípios na implantação e fiscalização dessas obras.

A observação empírica do funcionamento do PAC em um município selecionado, como feito nesse texto, ajuda a identificar ganhos concretos, que estão além dos discursos abstratos de oposição ou defesa do PAC. Assim, a coleta de dados no município de Araraquara permitiu observar os arranjos da parceria público-privado funcionando num nível local, assim como a produção de política pública de geração de emprego que coloca responsabilidade em todas as pontas, ou seja, desde o governo Federal, até o governo municipal, passando pela importância de sindicatos e centrais sindicais na fiscalização dos canteiros das obras do PAC.

Nesse sentido, argumentamos que com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o Governo Lula recolocou na agenda do País a temática do crescimento, (re)significando a discussão sobre desenvolvimento e sobre o financiamento do desenvolvimento. O PAC 1 foi a tentativa do Estado brasileiro, em diálogo com a esfera privada, de equacionar a questão fundamental que se coloca para a economia brasileira, a saber, como acelerar e sustentar o crescimento e, simultaneamente, reduzir a pobreza e a desigualdade social, preservando a estabilidade de preços e avançando progressivamente no desendividamento do Estado e na geração de novos postos de trabalho.

O PAC 2, do governo Dilma Rousseff, deu continuidade a essa forma de compreensão do financiamento do desenvolvimento, da geração de emprego e renda e da convergência entre Estado, mercado e trabalho.

As conclusões obtidas permite dizer que o Estado, utilizando-se de instrumentos financeiros para estimular grandes obras de infraestrutura nacional e conseqüentemente gerar postos de trabalho no país, tem celebrado alianças com setores privados (empresas, mercado financeiro, empreiteiras), de forma a reformular sua atuação no cenário brasileiro.

A consequência disso é o retorno da capacidade do Estado em atuar estrategicamente na solução de problemas de infraestrutura e na geração de empregos formais. O cenário em Araraquara estaria em sintonia com o cenário

nacional, a saber, nos estimula a refletir sobre um novo conceito de desenvolvimento, de relações mercado e Estado e de financiamento do desenvolvimento.

Por fim esse texto vem a contribuir em discussões sobre o PAC, enfatizando que para além dos discursos do PAC como contraditório, tem-se um fenômeno que é econômico e social, a medida que promove resoluções de problemas de infraestrutura, mas também, inclusão social, via geração de emprego, confirmando a hipótese de Jardim na sua tese de doutorado, ou seja, o fortalecimento do Estado, mas assume passivos a longo prazo ao mesmo tempo em que capitaliza enormemente empresas nacionais no curto prazo.

## Bibliografia

BROMAVAY, Ricardo, “Entre Deus e o diabo mercado e interação humana nas ciências sociais”. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2. Nov. 2004

BEDÊ, M., A. O Pac e o crescimento da economia. Revista Integração, 2008.

BNDES. O BNDES e o PAC, 2008. Disponível em:  
[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atualizacao/Infraestrutura/pac.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Infraestrutura/pac.html). Acesso em 20/03/2013. Acesso em: 17/05/2013

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio, “Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina”. In: Cad. CRH vol.21 no.53 Salvador May/Aug. 2008

BOURDIEU, Pierre. “Razões Práticas: sobre a teoria da ação”. Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP; Ed. Papyrus, 1996

BRESSER-PEREIRA, L., C., "Novo-Desenvolvimentismo", Folha de S.Paulo, São Paulo, 19 de set. 2004. Disponível em:  
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>.

BRESSER-PEREIRA, L., C., . 'O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional', São Paulo em Perspectiva, v.20 n.3, p.5-24, 2006.

BRITO, B. M. B.; SILVEIRA, A. H. P. “Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro”. In: Revista do Serviço Público Brasília 56 (1): 7-21 Jan/Mar 2005

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAUJO, L. S. Habitação de Interesse Social: Política ou mercado? Reflexões sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV Encontro Nacional

ANPUR, maio de 2011. Disponível em:  
[http://www.observatoriodasmegacidades.net/download/adauto\\_cardoso.pdf](http://www.observatoriodasmegacidades.net/download/adauto_cardoso.pdf). Acesso em 20/09/2013. Acesso em: 25/03/2013

CUT. Reunião do secretariado da CUT e Ramos. Disponível em:  
<http://www.cut.org.br/destaque-central/34294/galeria-de-audio-sp>. Acesso em 09/03/2013. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/politica/armando-boito-jr-as-contradicoes-dafrente-neodesenvolvimentista.html>. Acesso em: 15 de junho 2012

DOMINGUES, E. P. ; MAGALHÃES, A. S.; FARIA, W, R.. Impacto dos investimentos do PAC em Minas Gerais: efeitos sobre crescimento e desigualdade. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008. Disponível em:  
<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20339.pdf>. Acesso em: 04/06/2013

DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; FARIA, W, R.. Infraestrutura, crescimento e desigualdade regional: uma projeção dos impactos dos investimentos do programa de aceleração do crescimento (PAC), em Minas Gerais. In: Pesquisa e planejamento econômico, ppe, v. 39, n. 1, 2009. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/view/1148>. Acesso em 15/03/2013.

GAZOLA, A, C, A. et al. Crescimento no Mercado de Trabalho: Emprego e Desemprego em Rondônia a partir dos Investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento. In: XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2011. Disponível em:

[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2011/anais/arquivos/0814\\_1131\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0814_1131_01.pdf).

Acessado em: 23/07/2013

GRÜN, Roberto. “A Evolução da Governança Corporativa no Brasil: inovações financeiras, convergência das elites e estabilização do sistema.” In: A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites / Maria Chaves Jardim (Org.) – Bauru, SP: Edusp, 2011.

HABERMAS, J. A nova intransparência – a crise do Estado do bem estar social e o esgotamento das energias utópicas. Novos estudos, CEBRAP. n. 18, São Paulo, CEBRAP. 1987. Disponível em: [http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/52/20080623\\_a\\_nova\\_intransparencia.pdf](http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/52/20080623_a_nova_intransparencia.pdf). Acesso em 20/05/2010.

JARDIM, M., C. “Entre a Solidariedade e o Risco: Sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula.” São Paulo, Annablume; Fapesp, Out. 2009.

JARDIM, M., C. Criação e gestão de fundos de pensão: novas estratégias sindicais. Artigo BIB 63, 2007 - Editora Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais

JARDIM. M., C. Entre a solidariedade e o risco. Sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. Annablume-Fapesp, São Paulo, 2009.

JARDIM. M., C.. A natureza social das finanças: Fundos de pensão, sindicalistas e recomposição de elites. Edusc, São Paulo, 2011.

JARDIM. M., C.; FLORES., M., S. “Programa Bolsa Família: enquadramento cognitivo dos direitos sociais”. In. JARDIM. M., C (Org.). Estado e mercado: produção de sentido, produção de justificativas. Laboratório Editorial da UNESP de Araraquara. (no prelo).

JARDIM. M., C.; SILVA, M., R. A violência simbólica exercida pelo Estado durante o Governo Lula: evidências empíricas a partir das PPPs e PAC, 2013. (em julgamento).

LIMA, J., B., S.; PAULA, L., M.; PAULA, R., C. “Entendendo a Parceria Pública Privada no Brasil: Uma Análise Preliminar”. Dez. 2005.

LODOVICI, E. S.; BERNARGGI, G. M.; FINGERMAN, Henrique (Orgs.) Parceria Público-Privada: Cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e administrações públicas locais. São Paulo: Summus Editorial, 2005

NASCENTES, A. “Práticas de Parcerias Público-Privadas no Brasil e no Exterior: êxitos e riscos”. Relatório final relativo à pesquisa, análise e sistematização das Melhores Práticas, casos de êxito e de risco. Jul. 2009

PINTO, F., L., B.; GODOY, R., W.; RIBEIRO, D., B., C. “Parceria Público-Privada: uma experiência em construção”. In: Estudos Ciência e Empresa, Teresina, Ano 8, n. 2, nov. 2011

PIVETTA, F. et al. Saúde, ambiente & políticas públicas: uma leitura do PAC Manguinhos-RJ. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. 2011, Salvador. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307712353\\_ARQUIVO\\_t\\_extocompleto\\_CONLAB2011\\_PIVETTA.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307712353_ARQUIVO_t_extocompleto_CONLAB2011_PIVETTA.pdf). Acesso em: 15/03/2013;

Relatório e parecer prévio sobre as contas do governo da república / Tribunal de Contas da União. - (2007)- . – Brasília : TCU, 2007- v. Anual.

SADER, E. “Público versus mercantil”. In: ALAI, America Latina en Movimiento, Junho de 2003. Site: <http://alainet.org/active/3804&lang=es>

SAMPAIO JUNIOR, P., S., A. PAC: nem crescimento nem igualdade, 2007. Disponível em: <http://www.mst.org.br/book/export/html/28>. Acesso: 20/08/2013.

SCOLESE, E. Trabalho escravo é flagrado em obra do PAC. Folha Online. São Paulo, 08 set. de 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u620638.shtml>. Acesso em: 09/03/2013.

SICSÚ, J. Especial para a Carta Maior. Revista Carta Maior. 16 de fev. 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Apos-4-anos-governo-tenta-mudar-o-rumo/7/12590>. Acesso em: 04/06/2013.

SICSÚ, J. Quatro anos depois o governo tenta mudar o rumo. Revista Teoria e Debate, nº 70 Fundação Perseu Abramo, 2007. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/node/5497>. Acesso em: 16/06/2013

SILVA, M., R. Novo enquadramento do Estado durante o governo Lula: o caso do PAC. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

SWEDBERG, Richard. “Sociologia econômica: hoje e amanhã”. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2. Nov. 2004

TUC. Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República. Brasília. 2010, relativo a 2011.

SITES:

LEI N o 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004. In:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm)

LEI N o 12.349, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010. In:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm)

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

CUT – Central Única dos Trabalhadores [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)

Ministério da Fazenda [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)

Ministério do Trabalho e emprego [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

BNDES – O banco nacional do desenvolvimento [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

Portal Brasil [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

Folha de S. Paulo [www.folha.uol.br](http://www.folha.uol.br)

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento [www.pac.gov.br/](http://www.pac.gov.br/)  
\_\_\_\_\_ Publicações Nacionais, 11º Balanço Completo do PAC – 4 anos ( 2007 a 2010). Agosto de 2012.

<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf>

\_\_\_\_\_ Publicações Nacionais 5º Balanço PAC 2 (2011-2013) Março de 2014.  
[http://www.planejamento.gov.br/PAC2/5balanco/pdf/PAC2\\_ANO1\\_02-QUADRO-MACROECONOMICO.pdf](http://www.planejamento.gov.br/PAC2/5balanco/pdf/PAC2_ANO1_02-QUADRO-MACROECONOMICO.pdf)

\_\_\_\_\_ Cartilha Estadual – São Paulo (4º Balanço PAC 2 – janeiro/abril de 2012). In:

<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais/20>.

\_\_\_\_\_ Cartilha Estadual – São Paulo (8º Balanço PAC 2/Maio-Agosto de 2013). In:

<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/ee479f86078a3399139e4f23f4af49f4.pdf>